

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	24
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	83
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	157.303.220
Preferenciais	0
Total	157.303.220
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/12/2009	Juros sobre Capital Próprio	20/01/2010	Ordinária		0,72225
Assembléia Geral Ordinária	24/03/2010	Dividendo	14/04/2010	Ordinária		1,59210

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.368.333	1.362.219
1.01	Ativo Circulante	387.869	401.497
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	155.597	177.275
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.271	6.118
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.271	6.118
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	6.271	6.118
1.01.03	Contas a Receber	196.180	178.974
1.01.03.01	Clientes	196.180	178.974
1.01.03.01.01	Contas a Receber	213.959	195.195
1.01.03.01.02	Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	-17.779	-16.221
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.076	24.657
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.076	24.657
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.745	14.473
1.01.08.03	Outros	12.745	14.473
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.210	4.097
1.01.08.03.02	Outros Ativos	11.535	10.376
1.02	Ativo Não Circulante	980.464	960.722
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	252.474	262.039
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	57.202	49.731
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	57.202	49.731
1.02.01.03	Contas a Receber	28.205	29.377
1.02.01.03.01	Clientes	14.812	14.807
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.393	14.570
1.02.01.06	Tributos Diferidos	149.292	155.115
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	149.292	155.115
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	11.816	21.900
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	11.816	21.900
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.959	5.916
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	5.959	5.916
1.02.02	Investimentos	127.314	114.068
1.02.02.01	Participações Societárias	127.314	114.068
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	127.314	114.068
1.02.03	Imobilizado	35.793	29.792
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.793	29.792
1.02.04	Intangível	564.883	554.823
1.02.04.01	Intangíveis	564.883	554.823

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.368.333	1.362.219
2.01	Passivo Circulante	236.868	219.083
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.048	52.141
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.303	7.168
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.745	44.973
2.01.02	Fornecedores	10.173	9.205
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.173	9.205
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.260	1.805
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.260	1.805
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.260	1.805
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.485	73.283
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.587	59.289
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.587	59.289
2.01.04.02	Debêntures	13.736	12.155
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.162	1.839
2.01.05	Outras Obrigações	129.902	82.649
2.01.05.02	Outros	129.902	82.649
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	60.457	33.139
2.01.05.02.04	Comissões a pagar	42.423	36.596
2.01.05.02.05	Obrigações por aquisição de investimentos	24.635	10.382
2.01.05.02.06	Outros Passivos	2.387	2.532
2.02	Passivo Não Circulante	530.207	523.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	346.895	342.130
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	156.636	156.230
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	156.636	156.230
2.02.01.02	Debêntures	190.201	185.795
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	58	105
2.02.02	Outras Obrigações	60.511	54.075
2.02.02.02	Outros	60.511	54.075
2.02.02.02.03	Obrigações por Aquisição de Investimentos	60.506	54.074
2.02.02.02.04	Outros Passivos	5	1
2.02.03	Tributos Diferidos	115.703	119.708
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115.703	119.708
2.02.04	Provisões	7.098	7.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.012	5.876
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	570	545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.650	3.603
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.792	1.728
2.02.04.02	Outras Provisões	1.086	1.485
2.02.04.02.04	Provisões para Perdas em Investimentos	1.086	1.485
2.03	Patrimônio Líquido	601.258	619.862
2.03.01	Capital Social Realizado	406.535	406.489
2.03.02	Reservas de Capital	62.842	60.406
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	14.330	14.330
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.506	7.070

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.07	Reserva de Ágio	31.557	31.557
2.03.02.08	Debêntures convertidas em ações (valor justo)	7.449	7.449
2.03.04	Reservas de Lucros	100.868	155.153
2.03.04.01	Reserva Legal	18.885	11.975
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	81.983	143.178
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.990	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.977	-2.186

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.084	202.492
3.01.01	Taxas de Licenciamento	63.186	43.634
3.01.02	Serviços	49.621	40.969
3.01.03	Manutenção	138.277	117.889
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-59.894	-58.474
3.02.01	Custo das Taxas de Licenciamento	-7.342	-2.567
3.02.02	Custo de Serviços	-52.552	-55.907
3.03	Resultado Bruto	191.190	144.018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-137.396	-101.911
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.538	-11.799
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.661	-15.087
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-100.444	-75.835
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-32.660	-25.762
3.04.05.02	Despesas com Propagandas	-3.800	-5.300
3.04.05.03	Comissões	-34.174	-21.936
3.04.05.04	Honorários da Administração	-8.183	-3.847
3.04.05.05	Depreciação e Amortização	-18.539	-16.963
3.04.05.06	Prov. para Crédito de Líq. Duvidosa	-3.048	-1.879
3.04.05.08	Outras Receitas e Despesas Op. Liq.	-40	-148
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.753	810
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.794	42.107
3.06	Resultado Financeiro	-9.048	-9.187
3.06.01	Receitas Financeiras	8.546	4.637
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.594	-13.824
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.746	32.920
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.756	-4.341
3.08.01	Corrente	-10.046	-4.130
3.08.02	Diferido	-1.710	-211
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	32.990	28.579
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	32.990	28.579
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21	0,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,2	0,17

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	32.990	28.579
4.02	Outros Resultados Abrangentes	209	511
4.02.01	Variação Cambial de Investimentos no Exterior	317	774
4.02.02	Imposto de Renda Diferido	-108	-263
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.199	29.090

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	75.355	21.148
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	78.794	55.462
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	32.990	28.579
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	18.539	16.963
6.01.01.03	Pagamento Baseado em Ações	2.436	892
6.01.01.04	Ganho na Venda de Ativo Permanente	886	253
6.01.01.05	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	3.048	1.879
6.01.01.06	Imposto de Renda e CAontribuição Social Diferido	1.710	211
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	6.753	-810
6.01.01.08	Juros e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidos	12.166	9.004
6.01.01.09	Perda em Investimentos	130	854
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Contingências	136	-2.363
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.439	-34.314
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-20.259	-3.162
6.01.02.02	Dividendos Recebidos	3.250	0
6.01.02.03	Outros Ativos	7.600	-3.624
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-43	-175
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.093	-5.062
6.01.02.06	Fornecedores	968	-21.486
6.01.02.07	Comissões a Pagar	5.827	938
6.01.02.08	Impostos a Pagar	455	-1.628
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-144	-115
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.997	-568
6.02.01	Aquisição de Controladas Líquido de Caixa	0	-3.294
6.02.02	Adição de Investimentos	-14.745	-3.848
6.02.03	Adição de Intangíveis à Vista	-4.278	-1.313
6.02.04	Obrigações por Aquisição de Investimentos/Intangível	-7.664	0
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários- Vinculados a Intangível	-7.625	7.842
6.02.06	Valor da Venda de Ativos Imobilizados	0	43
6.02.07	Redução de Investimentos por Venda ou Incorporação de Controlada	0	2
6.02.08	Aquisição de Ativo Imobilizado	-8.685	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-54.036	-39.335
6.03.01	Empréstimos Bancários	-36.475	-11.398
6.03.02	Crédito com Empréstimos	10.084	0
6.03.03	Dividendos Pagos	-26.967	-19.632
6.03.04	Obrigações de Arrendamento Mercantil	-724	0
6.03.05	Integralização de Capital	46	0
6.03.06	Crédito com empresas ligadas	0	-8.305
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.678	-18.755
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	177.275	161.860
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	155.597	143.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	406.489	60.406	155.153	0	-2.186	619.862
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	406.489	60.406	155.153	0	-2.186	619.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46	2.436	-54.285	0	0	-51.803
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	46	2.436	0	0	0	2.482
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.285	0	0	-54.285
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.990	209	33.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.990	0	32.990
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	209	209
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	209	209
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	406.535	62.842	100.868	32.990	-1.977	601.258

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	376.493	48.851	107.237	0	-1.977	530.604
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	376.493	48.851	107.237	0	-1.977	530.604
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	892	-14.948	-28.579	0	-42.635
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	892	0	0	0	892
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.948	-28.579	0	-43.527
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	591	28.579	511	29.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.579	0	28.579
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	591	0	511	1.102
5.05.02.06	Ajustes de Combinações de Negócios	0	0	591	0	511	1.102
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	376.493	49.743	92.880	0	-1.466	517.650

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	264.579	214.594
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	267.668	216.628
7.01.02	Outras Receitas	-41	-155
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.048	-1.879
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-81.992	-73.922
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.321	-2.883
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-74.671	-71.039
7.03	Valor Adicionado Bruto	182.587	140.672
7.04	Retenções	-18.540	-16.811
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.540	-16.811
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	164.047	123.861
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.237	5.447
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.754	810
7.06.02	Receitas Financeiras	7.991	4.637
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	165.284	129.308
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	165.284	129.308
7.08.01	Pessoal	69.195	54.198
7.08.01.01	Remuneração Direta	57.821	45.225
7.08.01.02	Benefícios	6.897	5.070
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.477	3.903
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.909	30.793
7.08.02.01	Federais	37.536	25.470
7.08.02.02	Estaduais	29	12
7.08.02.03	Municipais	6.344	5.311
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.190	15.738
7.08.03.01	Juros	15.106	12.529
7.08.03.02	Aluguéis	4.084	3.209
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.990	28.579
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.990	28.579

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.404.987	1.415.397
1.01	Ativo Circulante	509.425	528.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.991	232.508
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.407	6.317
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.407	6.317
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	6.407	6.317
1.01.03	Contas a Receber	252.938	243.129
1.01.03.01	Clientes	252.938	243.129
1.01.03.01.01	Contas a Receber	277.727	264.029
1.01.03.01.02	Provisão de Créditos de Líq. Duvidosa	-24.789	-20.900
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.071	29.894
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.071	29.894
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.018	16.830
1.01.08.03	Outros	17.018	16.830
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	800
1.01.08.03.02	Outros Ativos	17.018	16.030
1.02	Ativo Não Circulante	895.562	886.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	259.633	256.303
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	57.473	50.129
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	57.473	50.129
1.02.01.03	Contas a Receber	29.537	30.170
1.02.01.03.01	Clientes	14.812	14.807
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.725	15.363
1.02.01.06	Tributos Diferidos	166.664	170.088
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.664	170.088
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.959	5.916
1.02.01.09.03	Depósito Judicial	5.959	5.916
1.02.02	Investimentos	0	8
1.02.02.01	Participações Societárias	0	8
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	8
1.02.03	Imobilizado	43.429	36.535
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	43.429	36.535
1.02.04	Intangível	592.500	593.873
1.02.04.01	Intangíveis	592.500	593.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.404.987	1.415.397
2.01	Passivo Circulante	269.686	255.215
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67.734	69.072
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.638	9.302
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.096	59.770
2.01.02	Fornecedores	17.841	17.363
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.841	17.363
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.016	5.903
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.016	5.903
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.016	5.903
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.425	76.107
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.475	62.029
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.475	62.029
2.01.04.02	Debêntures	13.736	12.155
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.214	1.923
2.01.05	Outras Obrigações	132.670	86.770
2.01.05.02	Outros	132.670	86.770
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	60.457	34.302
2.01.05.02.04	Comissões a Pagar	44.217	38.581
2.01.05.02.05	Obrigações por Aquisição de Investimento	24.771	10.581
2.01.05.02.06	Outros Passivos	3.225	3.306
2.02	Passivo Não Circulante	533.634	528.606
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	346.901	342.139
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	156.636	156.230
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	156.636	156.230
2.02.01.02	Debêntures	190.201	185.795
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	64	114
2.02.02	Outras Obrigações	63.185	57.040
2.02.02.02	Outros	63.185	57.040
2.02.02.02.03	Obrigações por Aquisição de Investimentos	60.777	54.472
2.02.02.02.04	Outros Passivos	2.408	2.568
2.02.03	Tributos Diferidos	117.536	123.551
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.536	123.551
2.02.04	Provisões	6.012	5.876
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.012	5.876
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	570	545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.650	3.603
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.792	1.728
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	601.667	631.576
2.03.01	Capital Social Realizado	406.535	406.489
2.03.02	Reservas de Capital	62.842	60.406
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	14.330	14.330
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.506	7.070
2.03.02.07	Reserva de Ágio	31.557	31.557
2.03.02.08	Debêntures convertidas em ações (Valor Justo)	7.449	7.449

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	100.868	154.485
2.03.04.01	Reserva Legal	18.885	11.975
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	81.983	142.510
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.990	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.977	-2.186
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	409	12.382

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	305.018	260.422
3.01.01	Taxas de Licenciamento	80.833	57.946
3.01.02	Serviços	81.595	77.443
3.01.03	Manutenção	142.590	125.033
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.884	-94.377
3.02.01	Custos das Taxas de Licenciamento	-7.726	-4.945
3.02.02	Custos dos Serviços	-88.104	-87.853
3.02.03	Custo das Vendas	-54	-1.579
3.03	Resultado Bruto	209.134	166.045
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-157.589	-124.489
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.390	-17.636
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.136	-18.272
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-118.063	-88.581
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-42.651	-33.474
3.04.05.02	Despesas com Propaganda	-4.081	-5.765
3.04.05.03	Comissões	-36.325	-23.195
3.04.05.04	Remuneração dos Administradores	-9.313	-4.982
3.04.05.05	Depreciação e Amortização	-19.806	-19.283
3.04.05.06	Prov. para Crédito de LÍq. Duvidosa	-5.850	-2.197
3.04.05.07	Outras Receitas Op. Líq.	-37	315
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.545	41.556
3.06	Resultado Financeiro	-8.152	-9.019
3.06.01	Receitas Financeiras	10.018	5.571
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.170	-14.590
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.393	32.537
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.830	-4.686
3.08.01	Corrente	-12.057	-5.545
3.08.02	Diferido	2.227	859
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.563	27.851
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	33.563	27.851
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	32.990	28.579
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	573	-728
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21	0,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,2	0,17

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	33.563	27.851
4.02	Outros Resultados Abrangentes	209	511
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	33.772	28.362
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	33.199	29.090
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	573	-728

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.256	13.729
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.196	56.605
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	33.563	27.851
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	19.806	19.283
6.01.01.03	Pagamento Baseado em Ações	2.436	892
6.01.01.04	Ganho na Venda de Ativo Permanente	891	224
6.01.01.05	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.850	2.197
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-2.227	-859
6.01.01.07	Juros e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidos	12.314	9.357
6.01.01.08	Provisão (Reversão) para Contingências	136	-2.363
6.01.01.09	Participação de Acionistas não Controladores	-573	23
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.940	-42.876
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-15.664	-7.678
6.01.02.02	Dividendos Recebidos	800	0
6.01.02.03	Outros Ativos	6.474	-8.378
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-43	-175
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.338	-4.157
6.01.02.06	Fornecedores	478	-23.056
6.01.02.07	Comissões a Pagar	5.636	1.678
6.01.02.08	Impostos a Pagar	-887	-1.705
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-396	595
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.455	-1.967
6.02.01	Adição de Investimentos	0	2
6.02.02	Adição de Intangíveis à Vista	0	-6.618
6.02.03	Obrigações por Aquisição de Investimentos/Intangível	-6.969	0
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados ao Intangível	-7.435	8.379
6.02.05	Valor de Venda de Ativos Imobilizados	0	43
6.02.06	Aquisição de Ativo Imobilizado	-10.051	-3.773
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.318	-31.030
6.03.01	Empréstimos Bancários	-36.475	-11.398
6.03.02	Dividendos Pagos	-28.130	-19.632
6.03.03	Obrigações de Arrendamento Mercantil	-759	0
6.03.04	Integralização de Capital	46	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22.517	-19.268
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	232.508	207.721
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	209.991	188.453

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	406.489	60.406	154.485	0	-2.186	619.194	12.382	631.576
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	406.489	60.406	154.485	0	-2.186	619.194	12.382	631.576
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46	2.436	-53.617	0	0	-51.135	-12.546	-63.681
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	46	2.436	0	0	0	2.482	0	2.482
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.285	0	0	-54.285	0	-54.285
5.04.10	Redução por Aquisição de Participação Remanescente	0	0	668	0	0	668	-12.546	-11.878
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.990	209	33.199	573	33.772
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.990	0	32.990	573	33.563
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	209	209	0	209
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	209	209	0	209
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	406.535	62.842	100.868	32.990	-1.977	601.258	409	601.667

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	376.493	48.851	107.237	0	-1.977	530.604	6.458	537.062
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	376.493	48.851	107.237	0	-1.977	530.604	6.458	537.062
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	892	-14.948	-28.579	0	-42.635	-568	-43.203
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	892	0	0	0	892	0	892
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.948	-28.579	0	-43.527	0	-43.527
5.04.10	Redução por Aquisição de Participação Remanescente	0	0	0	0	0	0	-1.422	-1.422
5.04.11	Aumento de Capital por Aquisição	0	0	0	0	0	0	854	854
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	591	28.579	511	29.681	-728	28.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.579	0	28.579	-728	27.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	591	0	511	1.102	0	1.102
5.05.02.06	Ajustes de Combinações de Negócios	0	0	591	0	511	1.102	0	1.102
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	376.493	49.743	92.880	0	-1.466	517.650	5.162	522.812

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	319.615	277.471
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	325.441	279.312
7.01.02	Outras Receitas	23	354
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.849	-2.195
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-110.662	-103.711
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.494	-7.139
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.168	-96.572
7.03	Valor Adicionado Bruto	208.953	173.760
7.04	Retenções	-19.807	-19.132
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.807	-19.132
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	189.146	154.628
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.463	5.570
7.06.02	Receitas Financeiras	9.463	5.570
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	198.609	160.198
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	198.609	160.198
7.08.01	Pessoal	94.672	76.419
7.08.01.01	Remuneração Direta	79.275	63.800
7.08.01.02	Benefícios	9.443	7.698
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.954	4.921
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50.851	39.083
7.08.02.01	Federais	42.991	32.254
7.08.02.02	Estaduais	72	39
7.08.02.03	Municipais	7.788	6.790
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.096	16.845
7.08.03.01	Juros	15.544	13.110
7.08.03.02	Aluguéis	4.528	3.629
7.08.03.03	Outras	24	106
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.990	27.851
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.563	28.579
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-573	-728

Comentário do Desempenho

A TOTVS S.A., líder na atividade de desenvolvimento e comercialização de software de gestão empresarial integrada e na prestação de serviços relacionados no Brasil, apresenta seus resultados do 1º trimestre de 2011.

Receita Líquida

A receita Líquida cresceu 17,1% e totalizou R\$305,018 milhões, novo recorde trimestral. Importante ressaltar que a receita líquida do 1T11 superou a do 4T10, fato que não ocorria há 2 anos. Essa quebra da sazonalidade negativa do 1º trimestre teve como principal elemento o crescimento da receita de taxas de licenciamento, que historicamente apresenta redução entre o 4T para o 1T imediatamente seguinte.

Receita de Taxas de Licenciamento

A receita de taxas de licenciamento superou em 39,5% a do mesmo período do ano anterior, passando de R\$57,946 milhões para R\$80,833 milhões, o que elevou a representatividade dessa linha de receita de 22,3%, em 1T10, para 26,5% da receita líquida total do 1T11. Esse crescimento do 1T11 deveu-se tanto às receitas advindas de clientes novos, com crescimento sobre o 1T10 de 25,9% resultante do maior número de clientes adicionados e do aumento do ticket médio, quanto às de clientes da base, com crescimento sobre o 1T10 de 38,6% principalmente influenciado pela receita adicional do modelo corporativo, que representou 47,8% do total das vendas a clientes da base.

Receita de Serviços

No 1T11, a receita de serviços totalizou R\$81,595 milhões, crescimento de 5,4% sobre os R\$77,443 milhões obtidos no 1T10. Na comparação com o 4T10, a receita de serviços teve redução de 10,3%, refletindo os efeitos negativos da sazonalidade nos primeiros trimestres (férias de verão e carnaval).

Receita de Manutenção

A receita de manutenção atingiu R\$ 142,590 milhões, crescimento de 14,0% quando comparados aos R\$125,033 milhões do 1T10. Esse crescimento é resultante: (i) da aceleração das vendas de licenças de trimestres anteriores; (ii) da elevação dos índices de inflação acumulados nos últimos 12 meses, base para reajuste dos contratos nas respectivas datas de aniversário; e (iii) da estabilidade nos índices de retenção dos clientes pagantes de manutenção.

Custo das Taxas de Licenciamento

No trimestre, o custo com soluções de terceiros vendidas pela TOTVS, representados pela linha o de custo das taxas de licenciamento, correspondeu a 9,6% da receita líquida de taxas de licenciamento, ante 8,5% no 1T10. Esse aumento de participação destes custos é decorrente do incremento da venda de soluções complementares de terceiros (ex.: bancos de dados).

Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços e das Vendas

O custo dos serviços e das vendas apresentou redução de 1,4% e 2,5%, em relação ao 1T10 e 4T10 respectivamente. Essa redução está em parte relacionada: (i) aos esforços da Companhia para elevar a produtividade das equipes de implementação de software, de consultoria e de serviços de valor agregado; e (ii) ao processo de integração das franquias de desenvolvimento comentado em mais detalhes no tópico seguinte “Pesquisa e Desenvolvimento”.

Pesquisa e Desenvolvimento

Entre o 4T10 e o 1T11, as despesas com P&D cresceram 4,1%, impactadas principalmente pelo reajuste salarial das equipes de desenvolvimento localizadas em São Paulo.

As despesas com P&D passaram de 12,9% para 14,0% da receita líquida da Companhia entre 1T10 e 1T11, devido à integração entre soluções verticais e horizontais da TOTVS, à equalização das plataformas tecnológicas e à interatividade para o Sistema Brasileiro de TV Digital (TQTV D) e às realocações entre estruturas de serviços de implementação e desenvolvimento ocasionadas pela integração das FDES (Franquias de Desenvolvimento, fornecedoras da antiga Datasul adquiridas pela TOTVS entre o 3T10 e o 1T11).

Despesas com Propaganda

No trimestre, as despesas com propaganda totalizaram R\$4,081 milhões, decréscimo de 29,2% sobre os R\$5,765 milhões do 1T10, refletindo o baixo volume de gastos com publicidade no período. Esse menor volume de gastos deve-se à estruturação da nova campanha publicitária lançada no final do 1T11, que deve provocar elevação dessa linha de despesa nos próximos meses, porém sem ultrapassar os patamares históricos dos últimos anos.

Despesas de Vendas

Essa linha de despesas também foi impactada pelo reajuste salarial das equipes de São Paulo e pelo crescimento da equipe em relação ao 1T10, uma vez que as despesas representam a parcela de custos fixos da estrutura de vendas diretas da Companhia. Em relação ao 4T10, essas despesas cresceram 5,8% no 1T11, passando de R\$19,274 milhões para R\$20,390 milhões.

Despesas com Comissões

As despesas com comissões representaram, no trimestre, 11,9% da receita líquida, contra 8,9% no 1T10. Este percentual demonstra o incremento de participação das franquias no *mix* de vendas entre os canais de distribuição (próprios e franquias) no trimestre. Historicamente, há oscilações trimestrais de participação no *mix* de vendas e, consequentemente, de despesas com comissões. Já considerando o 1T11, as despesas com comissões dos últimos doze meses representaram 10,4% da receita líquida total, em linha com os patamares históricos apresentados pela Companhia.

Comentário do Desempenho

Despesas Gerais e Administrativas

No trimestre, as despesas gerais e administrativas somaram R\$19,136 milhões, contra R\$18,272 do 1T10, crescimento de 4,7%. A Administração mantém seu programa de melhoria contínua dos processos e sistemas internos, que visa manter o crescimento dessas despesas abaixo do crescimento de receita líquida, como resultado dos ganhos de escala e de eficiência da estrutura administrativa.

Honorários da Administração

As despesas com honorários da administração totalizaram R\$9,313 milhões no 1T11, crescimento de 86,9% o 1T10 e de 36,5% sobre o 4T10. Tal crescimento foi significativamente influenciado: (i) pelo provisionamento adicional decorrente dos dois lotes de opções de ações outorgadas aos executivos em 2010, segundo as normas internacionais de contabilidade (IFRS); e (ii) ao impacto sobre a remuneração variável mensal dos executivos, decorrente do alcance proporcional das metas financeiras e não-financeiras individuais e de metas gerais da Companhia para o período.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir da análise da composição da carteira de recebíveis da Companhia. No 1T11, a despesa com essa provisão totalizou R\$5,850 milhões (+166,3% sobre 1T10) dos quais R\$2,479 milhões referem-se um pequeno grupo de clientes da operação do México. Essa despesa adicional oriunda da operação mexicana representou 0,8% da receita líquida total do trimestre.

Depreciação e Amortização

Em relação ao 1T10, as despesas com depreciação e amortização cresceram 2,7% no 1T11. Do total de R\$19,806 milhões do 1T11, R\$16,797 milhões refiram-se a amortização de intangíveis e R\$3,009 milhões a depreciação e amortização do ativo imobilizado.

EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA do 1T11 apresentou crescimento de 17,3% sobre o 1T10, em linha com o crescimento de receita, totalizando R\$71,351 milhões. Dessa forma, a margem EBITDA manteve-se em 23,4%.

A soma das operações no mercado internacional totalizou EBITDA negativo R\$0,958 milhões em 1T10 e de R\$4,011 milhões no 1T11. Sem o impacto negativo do mercado internacional, a margem EBITDA de 1T11 foi de 24,7% e a de 1T10 foi de 23,7%, ou seja, 100 pontos-base de crescimento no período.

Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$33,563 milhões no 1T11, 20,5% acima dos R\$27,851 milhões apresentados no 1T10. Esse crescimento de lucro líquido superior ao de receita líquida é consequência, entre outros, ao crescimento das despesas com depreciação e amortização no período.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Totvs S.A., (a seguir designada como “Controladora”, “Totvs”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Av. Braz Leme, 1639 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implantação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administração, finanças, operações, industrial, recursos humanos e atendimento a clientes.

As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Totvs foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de Abril de 2011.

Todos os valores apresentados nestas Informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Durante o período findo em 31 de março de 2011, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo combinações de negócios e incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, *ticket* médio, *market share*, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Políticas Contábeis

As Informações Contábeis intermediárias da controladora e consolidado para o período findo em 31 de março de 2011 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR, e as Informações Contábeis intermediárias consolidada foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

As Informações contábeis intermediárias da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor

Notas Explicativas

adequado a ser registrado nas Informações contábeis intermediárias . Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.17, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/03/2011. As Informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

2.1. Bases de Consolidação

As Informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	% de Participação	
	31/03/2011	31/12/2010
Totvs Rio Software Ltda. ("Totvs Rio")	100,00	100,00
Totvs Argentina S.A. ("Totvs Argentina")	89,80	89,80
Totvs México S.A. de C.V. ("Totvs México")	99,99	99,99
Totvs Corporation ("Totvs Corporation")	100,00	100,00
Totvs Nordeste Software Ltda. ("Totvs Nordeste")	100,00	100,00
Setware Informática Ltda. ("Setware") (d)	100,00	100,00
Totvs Brasília Software Ltda. ("Totvs Brasília")	100,00	100,00
RO Resultados em Outsourcing Ltda. ("RO")	100,00	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda. "IOSSTS")	100,00	100,00
Eurototvs Ltda. ("Eurototvs")	100,00	100,00
TQTV D Software Ltda. ("TQTV D") (c)	100,00	100,00
Look Informática S.A. ("Look")	100,00	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("BCS Comercio")	100,00	100,00
BCS Sistemas Computacionais Ltda. ("BCS Sistemas")	100,00	100,00
BCSFLEX Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("BCSFLEX")	100,00	100,00
HBA Informática Ltda. ("HBA")	100,00	100,00
Midbyte Informática Ltda.. ("Midbyte")	100,00	100,00
Datasul S.A. de CV ("Datasul México")	100,00	100,00
Datasul Incorporation ("Datasul USA")	100,00	100,00
Datasul Argentina S.A. ("Datasul Argentina")	100,00	100,00
Totvs Serviços Inform. E Consultoria S.A. ("Totvs Serviços")	100,00	100,00
Gens Tecnologia da Informação Ltda. ("Gens")	100,00	100,00
Gens Tecnologia e Informática Ltda. (f)	100,00	-
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("YMF")	100,00	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("Tools")	100,00	100,00
DTSL Sistemas e Serv. De Inform. S.A. ("Datasul Paranaense")	100,00	100,00
DTS Consulting Partner, AS de CV ("Partner") (d)	100,00	100,00
Hery Software Ltda.	100,00	100,00
TotalBanco Consultoria e Sistemas Ltda. (e) (d)	100,00	70,00
TotalBanco Participações S.A. (e)	100,00	70,00
M2S Serviços de Suporte Ltda. (a)	100,00	100,00
SRC Serviços em Informática Ltda. (a)	100,00	100,00
Mafipa Serviços de Informática Ltda. (a)	100,00	100,00

(a) Combinação de negócios em 2010, vide nota 3.

(b) Participação alienada em 2010

(c) Aquisição de participação acionária de não controladores em 2010, vide nota 3.

(d) Participação indireta

(e) Aquisição dos 30% restantes em 2011.

(f) Combinação de negócios em 2011, vide nota 3.

Notas Explicativas

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o período encerrado em 31 de março de 2011 e em 31 de março de 2010 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2011 e 2010, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais e períodos de encerramento das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

Notas Explicativas

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Informações contábeis da controladora e consolidado. As Informações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Informações contábeis individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

2.5. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das Informações contábeis. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Informações contábeis intermediária da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

Notas Explicativas

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As Informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43 .

Para 31 de dezembro de 2010, a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a

Notas Explicativas

Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

2.8. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 30 de setembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 12).

Notas Explicativas

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.12. Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13. Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são

Notas Explicativas

divulgados na Nota 23. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.14. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida, administrada por seguradora (Nota 25) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.15. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Informações contábeis Intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Informações contábeis Intermediárias da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza

Notas Explicativas

relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 12.2.

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23.

Notas Explicativas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) *Mensuração subsequente*

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implantação, na consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionadas à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia (agroindústria, infraestrutura, construção e projetos, saúde médico-hospitalar, logística e distribuição, transportes, educacional, serviços financeiros, jurídico, varejo, e serviços) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.

- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

- **Melhorias para IFRS** – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente (Nota 12).

Notas Explicativas

3.1. Aquisição de participação com a obtenção de controle societário

2011

Em 04 de Janeiro de 2011 a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. ("GENS"), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde.

A transação envolve o montante de R\$ 17.810, vide detalhes abaixo:

Empresa	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Alocação Intangível	Alocação ágio
Gens Tecnologia e Informática Ltda.	Desenvolvimento de software no segmento saúde.	4/1/2011	100%	100%	R\$ 17.810	R\$ 5.685	- R\$ 12.125	-	R\$ 17.810

2010

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as seguintes operações de combinações de negócios:

Empresa	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Alocação Intangível	Alocação ágio
M2I e M2S	Canais de Distribuição da marca "RM"	05/01/10	100%	100%	R\$ 5.300	R\$ 5.300	-	R\$4.758	R\$12
SRC Serviços	Franquias de desenvolvimento da marca "Datasul"	28/07/10	100%	100%	R\$ 43.000	R\$ 8.421	R\$ 34.092	R\$ 9.312	R\$ 33.688
Mafipa	Canais de Distribuição da marca "RM"	24/11/10	100%	100%	R\$ 5.920	R\$ 2.920	R\$ 3.000	-	R\$ 6.056

M2I e M2S - Em 05 de Janeiro de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição da M2I Serviços de Implantação de Software Ltda. ("M2I") e a M2S Serviços de Suporte Ltda. ("M2S") por meio de sua controlada TOTVS Nordeste Software Ltda. ("TOTVS NE"). A M2I e a M2S são canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, a implementação e ao suporte do produto RM no Estado da Bahia, contam com 33 funcionários. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5.300, sendo R\$4.770 relativos às quotas da M2S e R\$530 relativos às quotas da M2I.

Notas Explicativas

Em 26 de Janeiro de 2010 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas pelo qual a Companhia vendeu 99,98% do capital total da M2I Serviços de Implantação de Software para a compradora JRP Assessoria de Informática Ltda., pelo valor total de R\$ 840. O pagamento será efetuado em 42 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 20 cada, corrigidas monetariamente de acordo com a variação do IGPM, entre a data da assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas, a primeira com vencimento em 01.07.2010 e as demais no dia 01 dos meses subseqüentes.

SRC Serviços – Em 28 de julho de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A SRC detém os ativos relacionados com a operação das empresas Logistics Solutions Ltda., Futura Soluções em Finanças Ltda., Action Desenvolvimento e Consultoria de Negócios Ltda., SGP - Solução de Gestão de Pessoas Ltda. e Autus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. Franquias de Desenvolvimento de softwares aplicativos ligados à marca “Datasul” (“Franquias de Desenvolvimento”), incluindo a totalidade da carteira de clientes.

MAFIPA Serviços de Informática – Em 24 de novembro de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A MAFIPA detém os ativos relacionados com a operação das empresas Cygni Tecnologia em Informática Ltda e L2M Serviços de Informática Ltda., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal.

Para as combinações de negócios realizadas em dezembro de 2010, a Companhia alocou preliminarmente como ágio, levando em consideração a fundamentação econômica, tendo como base estudos e avaliações feitas por especialistas. Referida alocação preliminar deverá ser revisada durante 2011 e eventuais reclassificações poderão ocorrer no grupo de contas (Nota 12).

3.2. Aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas

2011

Em 31 de Março de 2011 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$ 10.539, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. (“TOTALBANCO”), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO.

Notas Explicativas

2010

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as aquisições de minoritários das seguintes subsidiárias:

Subsidiária	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Retenção de lucros Patrimônio líquido
Midbyte	Desenvolvimento de Softwares de varejo	05/01/10	30%	100%	R\$ 12	R\$12	-	(R\$ 591)
TQTVD	Desenvolvimento Softwares para TV Digital	01/06/10	45%	100%	R\$ 14.266	R\$ 5.999	R\$ 7.107	R\$ 8.985

MidByte - Em 05 de janeiro de 2010 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 26 de novembro de 2007, pelo valor de R\$ 12, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. ("MIDBYTE"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares de varejo e da qual a TOTVS já detinha 70% do Capital Social.

TQTVD – Em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 14.266, 45% do capital social da controlada TQTVD Software Ltda., que atua na área de desenvolvimento e comercialização de produtos e soluções de software para televisão digital, sendo R\$ 5.999 pagos à vista e adicionalmente está previsto o pagamento de um valor variável de até R\$8.267 em função do cumprimento de determinadas metas estabelecidas para os exercícios de 2011 a 2014, que trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 7.107. A companhia já detinha 55% do capital social da TQTVD e, por essa aquisição passa a deter a totalidade das quotas.

Para as aquisições de minoritários os ágios gerados nas aquisições foram registrados no patrimônio líquido no grupo "reserva de capital", conforme determinado pela ICPC 9 (IFRS 3R).

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Disponibilidades	8.596	10.281	26.098	37.074
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	40.656	75.935	64.065	95.338
CDB	106.345	91.059	118.637	100.096
Fundos DI			1.191	
	147.001	166.994	183.893	195.434
	155.597	177.275	209.991	232.508

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Títulos e Valores Mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários, referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF Participações	4.489	4.374	4.489	4.374
Gens	541	527	541	527
Tech Prod	832	1.266	1.239	1.863
Tools	1.449	1.469	1.449	1.469
Datasul MG	2.512	2.429	2.512	2.429
Datasul Saúde MG	954	946	954	946
TotalBanco	2.392	2.338	2.392	2.338
Hery	4.422	4.294	4.422	4.294
ERP Cedente	680	663	680	663
SRC	34.711	34.092	34.711	34.092
Mafipa	2.924	3.031	2.924	3.031
Gens FDES	7.180		7.180	
Outros	387	420	387	420
	63.473	55.849	63.880	56.446
Ativo circulante	6.271	6.118	6.407	6.317
Ativo não circulante	57.202	49.731	57.473	50.129

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Mercado interno	228.771	210.002	276.078	263.184
Mercado externo	-	-	16.461	15.652
	228.771	210.002	292.539	278.836
Ativo circulante	213.959	195.195	277.727	264.029
Ativo não circulante	14.812	14.807	14.812	14.807

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	182.734	170.714	224.758	217.473
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	7.339	4.031	10.392	6.703
de 31 a 60 dias	4.936	4.427	8.046	6.954
de 61 a 90 dias	3.464	2.676	5.016	4.064
de 91 a 180 dias	5.620	5.780	8.180	9.023
de 181 a 360 dias	4.864	4.547	8.686	8.863
mais de 360 dias	2.036	1.606	2.673	4.856
Total	210.992	193.781	267.750	257.936

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	16.221	14.677	20.900	20.314
Complemento de provisão no exercício	3.048	7.421	5.850	10.595
Valores baixados da provisão:	(1.490)	(5.877)	(1.961)	(10.009)
Saldo em 31 de março	17.779	16.221	24.789	20.900

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

Notas Explicativas

7.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Lucro antes da tributação	44.746	32.920	43.393	32.537
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(15.214)	(11.193)	(14.754)	(11.063)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(2.297)	276	-	-
Lei 11.196/05 (Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento)	6.779	4.196	7.075	4.604
Efeito da apuração pelo lucro presumido em controlada	-	-	(1.101)	(571)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Participação de administradores	108	789	35	773
Contas a receber consideradas incobráveis	(205)	(103)	(205)	(109)
Outros	(927)	1.694	(880)	1.680
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.756)	(4.341)	(9.830)	(4.686)
Taxa efetiva	26,3%	13,2%	22,7%	14,4%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de março de 2011 e de 31 de março de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.046)	(4.130)	(12.057)	(5.545)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.710)	(211)	2.227	859
	(11.756)	(4.341)	(9.830)	(4.686)

Notas Explicativas

7.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
ATIVO				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Ágio em combinação de negócios	109.931	116.221	112.395	120.033
Provisão para comissões	14.934	12.933	15.592	13.634
Receitas antecipadas ou faturamento antecipado	1.965	4.247	1.921	3.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.045	5.515	6.863	6.274
Provisão para contingências e outras obrigações	2.044	1.998	2.044	1.998
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	13.248	9.175
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	10.376	8.167	10.376	8.167
Ajustes decorrentes das Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09	1.434	1.095	1.434	1.095
Outras	2.563	4.939	2.791	6.549
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	<u>149.292</u>	<u>155.115</u>	<u>166.664</u>	<u>170.088</u>
PASSIVO				
Decorrentes de diferenças intertemporais:				
Alocação Intangível	114.735	118.515	116.360	121.379
Outras	968	1.193	1.176	2.172
Total dos impostos e contribuições diferidos passivos	<u>115.703</u>	<u>119.708</u>	<u>117.536</u>	<u>123.551</u>

7.3. Estimativa de recuperação de créditos

A Companhia, com base em projeções de resultados de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração para 31 de dezembro de 2010, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante e realizar o passivo não circulante nos seguintes exercícios:

a) No ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	25.507	27.318	40.415	37.703
2013	10.168	10.779	10.396	10.851
2014	12.212	12.777	12.440	12.849
2015	77.204	81.843	78.935	82.389
2016 e em diante	24.201	22.398	24.478	26.296
	<u>149.292</u>	<u>155.115</u>	<u>166.664</u>	<u>170.088</u>

Notas Explicativas

b) No passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
2012		21.082		27.387
2013	10.702	8.319	10.872	7.882
2014	10.702	9.860	10.872	9.333
2015	81.258	63.161	82.545	59.847
2016 e em diante	13.041	17.286	13.247	19.102
	115.703	119.708	117.536	123.551

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributos a recuperar				
Imposto de renda retido na fonte	10.081	16.137	13.258	18.882
Contribuição social retida na fonte	7.111	8.589	8.714	9.956
PIS e COFINS retidos na fonte	24	89	381	342
Outros	(140)	(158)	718	714
	17.076	24.657	23.071	29.894

9. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Notas Explicativas

9.1. Saldos e transações com controladas e coligadas

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Serviços	2.651	4.655
Totvs Brasília Software	2.175	1.232
Totvs Nordeste Software	1.296	1.238
RO Resultados em Outsourcing	(67)	1.376
Datasul Argentina	718	718
Hery Software	702	1.701
Gens	4.460	4.333
Tools	-	9
YMF	-	20
Inteligência Organizacional	-	2
Totvs Rio Software	-	6.734
Outros	(119)	(118)
	11.816	21.900

Os valores referem-se contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos.

O saldo de dividendos a receber registrado no ativo circulante da Controladora no montante de R\$ 1.210 (R\$ 4.097 em 31 de dezembro de 2010), reflete a proposta de destinação dos lucros de suas controladas.

	Controladora	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Dividendos a receber		
Totalbanco	1.210	4.097
	1.210	4.097

9.2. Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida sua sede, as quais são de propriedade de um dos acionistas (LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.). O valor do aluguel pago no período findo em 31 de março de 2011 foi de R\$ 1.435 (R\$1.341 para o período findo em 31 de dezembro de 2010), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm vigência de 60 meses e são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses.

Notas Explicativas

Alguns diretores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 18,03% das ações da Companhia em 31 de março de 2011 (18,04% em 31 de dezembro de 2010), sendo a participação indireta realizada através da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia mantém também operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e de debêntures (Nota 16), transações efetuadas substancialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controlada, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Benefícios de curto prazo a empregados (a)				
Salários, honorários e bônus variáveis	4.385	1.829	5.353	2.818
Encargos sociais	1.220	859	1.382	1.005
Previdência privada	142	117	142	117
	5.747	2.955	6.877	4.090
Pagamentos com base em ações (b)	2.436	892	2.436	892
	8.183	3.847	9.313	4.982

- a) **Benefícios de curto prazo:** Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e previdência privada, vide Nota 25
- b) **Remuneração com base em ações:** Os membros da administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, vide Nota 23.
- c) **Outros:** A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas Explicativas

10. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações contábeis resumidas das coligadas e controladas em 31 de março de 2011					Equivalência Patrimonial (controladora) dos exercícios findos em		Saldo de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Resultado do exercício	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Rio	21.866	5.815	16.051	8.198	(3.639)	(3.639)	(345)	16.051	7.008
Totvs Argentina	6.089	2.103	3.986	2.072	(60)	(54)	72	3.577	2.081
Totvs México	7.580	7.680	(100)	2.044	(3.647)	(3.558)	(925)	-	2.589
Totvs Corporation	1.919	-	1.919	-	1	1	(42)	1.919	1.963
Totvs Nordeste	11.865	2.399	9.466	1.274	(336)	(336)	(186)	9.466	9.802
Totvs Brasília	4.336	3.067	1.269	2.576	(225)	(225)	(387)	1.269	1.493
IOSSTS	3.913	179	3.734	1.268	596	596	568	3.734	3.139
Eurototvs	1.325	723	602	206	(478)	(478)	(295)	602	496
RO	3.496	1.090	2.406	3.992	467	467	(257)	2.406	1.939
Midbyte	4.036	385	3.651	1.450	624	624	482	3.651	3.028
TQTV	20.909	3.184	17.725	2.559	(1.454)	(1.454)	(1.073)	17.725	15.871
BCS Comércio	8.519	1.211	7.308	3.418	410	410	432	7.308	6.897
BCS Sistemas	32	-	32	-	(42)	(42)	-	32	74
BCS FLEX	-	(100)	100	-	-	-	-	100	100
HBA	4	-	4	-	(28)	(28)	4	4	31
Totvs Serviços	17.315	5.639	11.676	4.598	(785)	(785)	272	11.676	12.461
Gens	3.654	4.640	(986)	1.008	496	496	(408)	-	-
YMF	28.822	4.083	24.739	11.118	154	154	1.106	24.739	24.583
Tools	6.167	1.422	4.745	4.353	606	606	921	4.745	4.137
DTSL	6.822	17	6.805	-	131	131	258	6.805	6.675
Datasul S.A. de CV	2.418	1.355	1.063	-	10	10	(324)	1.063	1.041
Datasul Incorporation	990	34	956	-	(3)	(3)	(12)	956	981
Datasul Argentina	2.879	729	2.150	-	(23)	(23)	(111)	2.150	2.275
Hery	4.182	2.026	2.156	2.867	(286)	(286)	670	2.156	2.442
Total banco	7.243	2.063	5.180	4.748	948	702	390	5.180	2.962
SRC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mafipa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gens FDES	-	-	-	-	(39)	(39)	-	-	-
						(6.753)	810	127.314	114.068

Notas Explicativas

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Gens	986	1.485
Totvs México	100	-
	1.086	1.485

Notas Explicativas

11. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
Custo ou avaliação						
SalDOS em 31 de dezembro de 2009	39.571	5.486	5.410	4.058	6.556	61.081
Adições	8.231	2.494	1.484	329	1.440	13.978
Baixa	(505)	(859)	(61)	(47)	(1.046)	(2.518)
Transferência	-	1	(1)	-	-	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	47.297	7.122	6.832	4.340	6.950	72.541
Adições	5.868	221	558	545	1.493	8.685
Baixa	(3.316)	(416)	(457)	(717)	(4)	(4.910)
Transferência	(1)	-	-	-	1	-
SalDOS em 31 de março de 2011	49.848	6.927	6.933	4.168	8.440	76.316
Depreciação						
SalDOS em 31 de dezembro de 2009	(24.028)	(2.270)	(2.623)	(2.478)	(3.334)	(34.733)
Depreciação no exercício	(5.982)	(1.094)	(502)	(225)	(1.393)	(9.196)
Baixa	460	351	35	22	312	1.180
Transferência	1	-	-	-	(1)	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	(29.549)	(3.013)	(3.090)	(2.681)	(4.416)	(42.749)
Depreciação do exercício	(1.750)	(289)	(152)	(75)	(218)	(2.484)
Baixa	3.367	303	388	651	1	4.710
Transferência	(1)	(1)	-	-	2	-
SalDOS em 31 de março de 2011	(27.933)	(3.000)	(2.854)	(2.105)	(4.631)	(40.523)
Valor residual						
SalDOS em 31 de março de 2011	21.915	3.927	4.079	2.063	3.809	35.793
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	17.748	4.109	3.742	1.659	2.534	29.792
SalDOS em 31 de dezembro de 2009	15.543	3.216	2.787	1.580	3.222	26.348
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Notas Explicativas

	Consolidado					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Outros	
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.184	6.263	7.013	5.181	7.502	72.143
Adições	9.965	2.640	1.669	477	1.582	16.333
Baixas	(786)	(1.058)	(178)	(51)	(1.101)	(3.174)
Transferências	13	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.376	7.845	8.504	5.594	7.983	85.302
Adições	7.832	310	601	(278)	1.586	10.051
Baixas	(3.692)	(411)	(475)	(716)	(6)	(5.300)
Transferências	-	-	(1)	-	3	2
Saldos em 31 de março de 2011	59.516	7.744	8.629	4.600	9.566	90.055
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(26.669)	(2.542)	(3.182)	(3.202)	(3.661)	(39.256)
Depreciação do exercício	(7.391)	(1.238)	(678)	(368)	(1.457)	(11.132)
Baixa	486	458	90	218	369	1.621
Transferência	181	1	1	(183)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(33.393)	(3.321)	(3.769)	(3.535)	(4.749)	(48.767)
Depreciação do exercício	(2.895)	(327)	(195)	653	(245)	(3.009)
Baixa	3.753	330	408	651	10	5.152
Transferência	-	-	(1)	-	(1)	(2)
Saldos em 31 de março de 2011	(32.535)	(3.318)	(3.557)	(2.231)	(4.985)	(46.626)
Valor residual						
Saldos em 31 de março de 2011	26.981	4.426	5.072	2.369	4.581	43.429
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.983	4.524	4.735	2.059	3.234	36.535
Saldos em 31 de dezembro de 2009	19.515	3.721	3.831	1.979	3.841	32.887
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Notas Explicativas

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Informações contábeis intermediária como um todo, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil-econômica desses ativos e não apresenta ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de março de 2011.

O valor contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de março de 2011 foi de R\$ 1.157 (R\$2.037 em 31 de dezembro de 2010). Não houve adições ao imobilizado durante o período de 31 de dezembro de 2010 a 31 de março de 2011 em itens sob contratos de arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

12. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	157.915	61.987	83.222	185.179	9.202	281.265	778.770
Adições	(404)	-	-	8.758	4.200	41.631	54.185
Baixas	(112)	-	-	1	-	(1)	(112)
Transferências	-	-	-	(1.299)	1.299	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2010	157.399	61.987	83.222	192.639	14.701	322.896	832.844
Adições	2.221	-	-	2.074	-	22.506	26.801
Baixas	-	-	-	-	(686)	(1)	(687)
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	-
Saldos em 31 de março de 2011	159.620	61.987	83.222	194.712	14.015	345.402	858.958
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(21.825)	(6.323)	(26.425)	(24.273)	(4.646)	(134.214)	(217.706)
Amortização do exercício	(15.638)	(4.092)	(18.654)	(20.177)	(1.772)	-	(60.333)
Baixa	18	-	-	-	-	-	18
Transferência	-	(1)	2	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(37.445)	(10.416)	(45.077)	(44.450)	(6.419)	(134.214)	(278.021)
Amortização do exercício	(4.151)	(1.023)	(4.663)	(5.604)	(614)	-	(16.055)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de março de 2011	(41.596)	(11.439)	(49.740)	(50.054)	(7.032)	(134.214)	(294.075)
Valor residual							
Saldos em 31 de março de 2011	118.024	50.548	33.482	144.658	6.983	211.188	564.883
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119.954	51.571	38.145	148.189	8.282	188.682	554.823
Saldos em 31 de dezembro de 2009	136.090	55.664	56.797	160.906	4.556	147.051	561.064
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

Notas Explicativas

	Consolidado						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	169.229	63.655	83.221	195.466	25.734	288.884	826.189
Adições	(309)	-	-	13.517	4.205	42.174	59.587
Baixas	(118)	(3)	-	(3.513)	(31)	-	(3.665)
Transferências	3	(1)	-	(1)	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	168.805	63.651	83.221	205.469	29.907	331.058	882.111
Adições	230	(3)	-	-	-	15.932	16.159
Baixas	(2)	(1)	-	(38)	(700)	-	(741)
Transferências	-	-	1	(1)	(1)	(1)	(2)
Saldos em 31 de março de 2011	169.033	63.647	83.222	205.430	29.206	346.989	897.527
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(23.392)	(6.480)	(26.425)	(25.660)	(5.862)	(134.299)	(222.118)
Amortização do exercício	(16.920)	(4.201)	(18.652)	(21.638)	(4.809)	(531)	(66.751)
Baixa	19	-	-	613	(1)	-	631
Transferência	1	-	-	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(40.292)	(10.681)	(45.077)	(46.685)	(10.673)	(134.830)	(288.238)
Amortização do exercício	(4.222)	(1.050)	(4.663)	(5.569)	(1.293)	-	(16.797)
Baixa	-	-	-	5	-	-	5
Transferência	-	-	-	-	2	1	3
Saldos em 31 de março de 2011	(44.514)	(11.731)	(49.740)	(52.249)	(11.964)	(134.829)	(305.027)
Valor residual							
Saldos em 31 de março de 2011	124.519	51.916	33.482	153.181	17.242	212.160	592.500
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.513	52.970	38.144	158.784	19.234	196.228	593.873
Saldos em 31 de dezembro de 2009	145.837	57.175	56.796	169.806	19.872	154.585	604.071
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*)Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

Notas Explicativas

12.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

A composição dos ágios em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e a movimentação do período findo em 31 de março de 2011, conforme segue:

	31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	31 de março de 2011
RM (a)	90.992	-	-	90.992	-	-	90.992
Logo Center (a)	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703
Totvs BMI (a)	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765
IOSSTS (a)	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643
BCS (a)	10.610	1.211	-	11.821	-	-	11.821
Datasul (a)	30.084	-	-	30.084	-	-	30.084
Setware	961	-	-	961	-	-	961
Hery	3.174	(247)	-	2.927	-	-	2.927
TotalBanco (c)	6.600	923	-	7.523	(1.878)	-	5.645
M2I (d) (c)	-	531	(531)	-	-	-	-
M2S	-	12	-	12	-	-	12
SRC	-	33.688	-	33.688	-	-	33.688
Mafipa	-	6.056	-	6.056	-	-	6.056
Gens FDES (b)	-	-	-	-	17.810	-	17.810
	<u>154.585</u>	<u>42.174</u>	<u>(531)</u>	<u>196.228</u>	<u>15.932</u>	<u>-</u>	<u>212.160</u>

(a) Empresas incorporadas pela Totvs.

(b) Combinação de negócios 2011;

(c) Realocação de ágio para investimento, uma vez que a compra foi efetivamente realizada em 2011

(d) Empresa alienada em 2010.

A adição de intangíveis no período findo em 31 de março de 2011 no montante de R\$ 17.810 refere-se a ágios das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo (Nota 3).

A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e custo de reposição, dentre outras. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foi utilizada a taxa de 15% a 22,8% a.a. (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

O grupo de "Outros Intangíveis" é composto basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características:

Notas Explicativas

a) Direitos de exploração de áreas

Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 84 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado.

b) Desenvolvimento de novos produtos

O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software “Ginga TQTVD” que permitirá a implementação de aplicações interativas para a TV Digital, e que serão parte dos aportes previstos para a TQTVD.

Em novembro de 2007, a Companhia fechou uma associação com a Quality Software S.A. (“Quality”) objetivando o desenvolvimento de um software intermediário (*middleware*) denominado “Ginga TQTVD”, que permite a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. Em decorrência desta associação a Companhia adquiriu, em janeiro de 2008, 700 quotas equivalentes a 70% do capital social da empresa TQTVD Software Ltda. (“TQTVD”). Em janeiro de 2009 a participação da Totvs no capital da TQTVD foi reduzido para 55%, em função do desempenho obtido pela Quality Software S.A. (parceira da Totvs nesse empreendimento) no desenvolvimento do produto, conforme cláusula contratual, sendo que em 01 de junho de 2010 a companhia adquiriu os 45% remanescentes, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TQTVD.

12.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Notas Explicativas

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2010, além do período de 5 anos variaram de 0% a 2%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 15,0 % a 22,8% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente, com base no mês de Setembro.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	7.229	6.926	9.805	10.083
Plano de previdência a pagar	388	371	456	444
Férias a pagar	25.582	25.062	33.184	32.043
PLR e Bônus	-	7.562	-	9.429
13º salário a pagar	5.192	-	6.851	-
Outros	5.354	5.052	7.800	7.771
	43.745	44.973	58.096	59.770
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	1.355	5.401	1.779	6.989
INSS a pagar	5.948	1.767	7.858	2.313
	7.303	7.168	9.637	9.302
	51.048	52.141	67.734	69.072

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
BNDES (a)	180.640	210.370	180.640	210.370
FINEP (b)	4.462	5.019	4.462	5.019
Contas garantidas e outras	121	130	3.009	2.870
	185.223	215.519	188.111	218.259
Passivo circulante	28.587	59.289	31.475	62.029
Passivo não circulante	156.636	156.230	156.636	156.230

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	53.906	53.378	53.906	53.378
2013	51.454	51.705	51.454	51.705
2014	51.276	51.147	51.276	51.147
Passivo não circulante	156.636	156.230	156.636	156.230

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	215.519	216.081	218.259	217.876
Juros Incorridos	2.941	14.742	3.089	15.687
Amortizações	(33.237)	(15.304)	(33.237)	(15.304)
Saldo em 31 de março	185.223	215.519	188.111	218.259

a) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT.

Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160.000, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009 foram disponibilizados mais R\$ 44.500, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008.

O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de *software*, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

Notas Explicativas

b) Desenvolvimento de software – FINEP – Financiadora de estudos e projetos

O referido empréstimo – contratado pela então controlada Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fianças bancária.

15. Financiamento por arrendamento financeiro

Os saldos de arrendamentos mercantis a pagar apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
HSBC Leasing	48	73	48	73
CSI LEASING	100	192	121	242
ITAÚ LEASING	1.010	1.584	1.047	1.627
REAL LEASING	19	41	19	41
BRADESCO LEASING	44	54	44	54
	1.220	1.944	1.278	2.037
Passivo circulante	1.162	1.839	1.214	1.923
Passivo não circulante	58	105	64	114

A Companhia contratou arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes em 31 de março de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.162	1.162	1.214	1.214
Após um ano, mas menos que cinco	58	58	64	64
Mais que cinco anos	-	-	-	-
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	1.220	1.220	1.278	1.278
Menos valores que representam encargos financeiros	-	-	-	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	1.220	1.220	1.278	1.278

Notas Explicativas

16. Debêntures

a) *Descrição da operação*

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$ 200.000 através da emissão de até 100.000 ("Units"), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série.

Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia ("Debêntures"); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a companhia celebrou o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPCA acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As Units terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo – ("Bovespa") e apurado na data de aniversário das Units, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 ("período base"), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures e atualizados com base na média geométrica entre o IPCA + 12% e TJLP +9% para o número de dias corridos entre a data de apuração e a data de emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem as debêntures, sendo que a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão, ou seja, 19 de agosto de 2010 (já convertida), em até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2011, até 45% em 2012, e até 60 % em 2013.

O preço de conversão, caso essa ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem a partir de 2011, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do

Notas Explicativas

valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante a esses percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% dos títulos caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de março de 2011, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

A emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

b) Cláusula de “não conversão das debêntures”

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada no acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPCA acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo 06 parcelas, e em até 03 anos contadas a partir do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

c) Saldo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2010 o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros Anuais	Preço Unitário	Controladora e Consolidado	
				31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
1ª série	100.000	IPCA* + 3,5% limitada à TJLP + 1,5%	1,00	86.709	86.965
2ª série	100.000	TJLP + 1,5%	1,00	86.709	86.965
		Sub-Total		173.418	173.930
		Prêmio por não conversão		11.143	9.597
		Valor justo de conversões futuras		19.376	14.423
		Total		203.937	197.950
		Passivo circulante		13.736	12.155
		Passivo não circulante		190.201	185.795

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Notas Explicativas

O valor do montante principal de longo prazo possui prazo de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Agosto de 2012	6.248	4.637
Agosto de 2013	2.809	1.561
Agosto de 2015	68.000	68.000
Agosto de 2016	102.000	102.000
Fevereiro de 2017 em diante	11.143	9.597
	190.201	185.795

	Debêntures e Prêmio de Não Conversão Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	183.527	217.437
Juros Incorridos	4.308	23.931
Amortizações	(3.274)	(57.841)
Saldo em 31/12/2010 e 31/03/2011	184.561	183.527

	Valor justo de conversões futuras Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	14.423	-
Atualização a valor de mercado	4.953	14.423
Amortizações		-
Saldo em 31/12/2010 e 31/03/2011	19.376	14.423

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de março de 2011, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

d) Primeira conversão de debêntures

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29.996 mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures. (vide nota 16a).

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a companhia registrou, em 19 de agosto de 2010, um deságio na emissão de ações que totaliza R\$ 7.448 que foi registrado como despesa financeira no exercício.

Notas Explicativas

e) Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação, por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura tendo sido o montante reconhecido em 31 de dezembro de 2010, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação (que considera o preço futuro das ações comparado com os preços estabelecidos para a conversão ("strike price") e demais variáveis previstas na escritura de debêntures, usando o método de Monte Carlo de precificação de opções) na data de encerramento das demonstrações financeiras. Foram levados em consideração os CPCs 38 (IAS 39), e 39 (IAS 32) para reconhecimento dos montantes envolvidos em 31 de dezembro de 2010, que correspondeu à passivo de R\$14.423, em 31 de março de 2011 o valor é de R\$ 19.376, que tem como contrapartida o resultado financeiro. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa dos montantes que foi contabilizada poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro

17. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF (a)	4.489	4.374	4.489	4.374
Tools (a)	1.449	1.469	1.449	1.469
Gens (a)	541	522	541	522
Techprod (a)	832	1.266	832	1.266
Midbyte	0	717	0	717
Techserv (a)	0	-	407	597
TotalBanco	12.932	2.338	12.932	2.338
Hery	4.422	4.294	4.422	4.294
Datasul MG	2.512	2.429	2.512	2.429
Datasul Saúde MG	954	946	954	946
ERP Cedente	680	663	680	663
Logmann	0	782	0	782
TQTVD	7.299	7.107	7.299	7.107
SRC	33.596	34.092	33.596	34.092
Mafipa	2.924	3.031	2.924	3.031
Gens FDES	12.125	-	12.125	-
Outras (a)	386	426	386	426
Total	85.141	64.456	85.548	65.053
Passivo circulante	24.635	10.382	24.771	10.581
Passivo não circulante	60.506	54.074	60.777	54.472

(a) Os índices de reajustes das parcelas variam de 100% a 100,5% do CDI.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Ano	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	34.873	34.067	35.144	34.067
2013	13.752	15.939	13.752	16.072
2014	6.541	3.564	6.541	3.829
2015	5.340	504	5.340	504
Passivo não circulante	60.506	54.074	60.777	54.472

18. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

a. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para Contingências	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias		-
Tributárias	570	545
Civil	1.792	1.728
Trabalhistas	3.650	3.603
	6.012	5.876

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	3.268	3.197
Tributárias	2.367	2.331
Outros	324	388
	5.959	5.916

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é como segue:

Notas Explicativas

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.419	2.589	1.645	10.653
(+) Complemento de provisões	71	930	285	1.286
(+) Atualização monetária	-	424	248	672
(-) Reversão de provisão não utilizada	(5.945)	(340)	(450)	(6.735)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	545	3.603	1.728	5.876
(+) Atualização monetária	25	147	64	236
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(100)	-	(100)
Saldos em 31 de março de 2011	570	3.650	1.792	6.012

O detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue:

Tributárias

A filial de Belo Horizonte da Companhia está discutindo, em duas ações de consignação em pagamento ajuizadas contra os municípios de Uberlândia e Vitória, se eles fazem jus a exigir o recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISSQN às alíquotas que variam de 2% a 5%, ou se o imposto é devido ao município de Belo Horizonte no qual a alíquota é de 2%. A Companhia entende que o ISS é devido ao município de Belo Horizonte onde ocorre o desenvolvimento do serviço. Dessa forma, a Companhia tem efetuado os depósitos judiciais no âmbito das referidas ações judiciais considerando as alíquotas requeridas pelos municípios e registrando provisão para contingência no valor equivalente a 3%. Em 31 de março de 2011, a provisão reconhecida para essa demanda judicial totaliza R\$ 385 (R\$364 em 31 de dezembro de 2010) e os depósitos judiciais efetuados até 31 de março de 2011 totalizavam R\$ 2.367 (R\$2.331 em 31 de dezembro de 2010).

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como, de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante de R\$ 1.792 (R\$1.728 atualizados em 31 de dezembro de 2010).

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$ 3.650 em 31 de março de 2011 (R\$3.603 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

b) Outros processos em andamento (Classificação de perda "Possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	16.265	15.959
Tributárias	18.268	19.445
Cíveis	27.995	23.823
Trabalhistas	7.136	5.741
	69.664	64.968

A seguir o resumo das principais ações em andamento:

Previdenciárias

Em 04 de maio de 2007, foi ajuizada pelo INSS execução fiscal contra a Companhia no montante de R\$1.604 (R\$ 2.255 atualizados em 31 de março de 2011 e R\$2.243 atualizados em 31 de dezembro de 2010), referentes às contribuições sociais destinadas a terceiros (SESC e SENAC) incidentes sobre a remuneração paga a empregados que lhe prestaram serviços no período de março de 1999 a julho de 2000. A quantia de R\$1.626 (R\$ 2.314 atualizados até 31 de março de 2011, R\$2.243 atualizados até 31 de dezembro de 2010) foi depositada em juízo em 2007, e registrada no ativo não circulante. A companhia apresentou Embargos à Execução e aguarda decisão de primeira instância.

A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal a inexigibilidade da NFLD 35.058.091-0, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor inicial é de R\$ 3.862 (R\$8.373 atualizados até 31 de março de 2011 e R\$8.228 atualizados até 31 de dezembro de 2010). Referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. A discussão do mérito dos embargos encontra-se suspensa ainda sem decisão de primeiro grau.

Em 28 de junho de 2010 foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.560 atualizados até 31 de março de 2011 e R\$5.427 atualizados até 31 de dezembro de 2010) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário. Os autos de infração foram lavrados em substituição à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 35.136.711-0, de 30/08/2000, julgada nula por decisão da Quarta Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.

A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal.

Notas Explicativas

Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração no montante de R\$3.628 (R\$ 4.521 atualizado até 31 de março de 2011, R\$4.426 atualizado até 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativo ao período de 1996 a 2000, no valor R\$804 (R\$ 6.206 atualizados até 31 de março de 2011 e R\$6.046 atualizados até 31 de dezembro de 2010). As autuações que ainda encontram-se na esfera administrativa decorrem do entendimento da Municipalidade de São Paulo de que o serviço prestado pela filial de Joinville seria desenvolvido dentro dos limites do Município de São Paulo. A administração e os assessores jurídicos da Companhia entendem que o serviço é todo desenvolvido na filial (Joinville) e consideram que o imposto foi devidamente recolhido naquele município.

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2007, a Companhia sucedeu o auto de infração lavrado em face da Datasul S.A., no montante de R\$1.357 (R\$1.835 atualizados até 31 de março de 2011 e R\$1.799 atualizados em 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de recolher na fonte o imposto de renda sobre valores pagos por terceiros aos beneficiários de cartões de incentivos instituídos em Plano de Marketing anteriormente adotado. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

Adicionalmente, a Companhia é parte em autuações expedidas pela Receita Federal, totalizando o valor de R\$ 1.812 atualizados até 31 de março de 2011 (R\$1.786 em 31 de dezembro de 2010).

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações ordinárias ajuizadas por clientes e terceiros para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, totalizando o valor de R\$27.995 atualizados até 31 de março de 2011 (R\$23.823 em 31 de dezembro de 2010).

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, nos quais são requeridos: pagamento de horas extras, reconhecimento de vínculo, 13º salário entre outros, totalizando o valor de R\$7.136 atualizados até 31 de março de 2011 (R\$5.741 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

c) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2011, o capital social da Companhia era composto por 157.303.220 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (31.459.272 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ações	%	Ações	%
LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.	26.760.990	17,01%	5.352.198	17,01%
BNDES Participações S.A.	8.287.639	5,27%	1.657.527	5,27%
Genesys Asset Managers, LLP	7.738.520	4,92%	1.576.704	5,01%
Outros	114.516.071	72,80%	22.872.843	72,71%
	157.303.220	100,00%	31.459.272	100%

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 540.000. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas.

Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da companhia, em 19 de agosto de 2010, o conselho de administração da TOTVS aprovou a emissão de 306.870 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 97,747683 por ação, com conseqüente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996.

Em 18 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital de 1.000 (mil) ações ao preço de R\$46,16 por ação, totalizando R\$ 46, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 406.535, dividido em 31.460.272 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em 21 de março de 2011, a Companhia efetuou o desdobramento de ações, no qual, cada ação de emissão da Companhia passou a ser representada por 5 (ações) que passaram a ser negociadas em 22 de março de 2011.

b) Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram compostos da seguinte forma:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Reserva de ágio	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação	14.330	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo)	7.449	7.449
Plano de outorga de ações	9.506	7.070
	62.842	60.406

A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005.

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para:

- i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- ii) resgate, reembolso ou compra de ações;
- iii) resgate de partes beneficiárias;
- iv) incorporação ao capital social; ou
- v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

20. Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 60.457 em 31 de março de 2011 (R\$ 33.139 em 31 de dezembro de 2010) inclui a distribuição do exercício, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

Notas Explicativas

21. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 31 de março de 2011, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Sul América	13/6/2010	13/6/2011	30.000	85.000
Responsabilidade Civil Geral	Sul América	13/6/2010	13/6/2011	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2011	7/1/2012	1.150	4.336

Notas Explicativas

22. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Informações contábeis:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	209.991	232.508	209.991	232.508
Títulos e Valores Mobiliários	63.880	56.446	63.880	56.446
Contas a Receber, liquidas	267.750	257.936	267.750	257.936
Impostos a recuperar	23.071	29.894	23.071	29.894
Outros ativos	31.742	31.393	31.742	31.393
Total	596.434	608.177	596.434	608.177
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	188.111	218.259	188.111	218.259
Arrendamentos Mercantis	1.278	2.037	1.278	2.037
Debêntures e prêmio de não conversão	184.561	183.527	184.561	183.527
Valor justo das debêntures conversíveis	19.376	14.423	19.376	14.423
Contas a pagar e fornecedores	62.058	55.944	62.058	55.944
Dividendos	60.457	34.302	60.457	34.302
Impostos a pagar	5.016	5.903	5.016	5.903
Outras obrigações	91.181	70.927	91.181	70.927
Total	612.038	585.322	612.038	585.322

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

- A parcela das debêntures conversíveis e as Debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, que diretamente (ou seja, como os preços ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos E Financiamentos	-	188.111	-
Debêntures	-	-	184.561
Valor justo das conversões futuras	-	19.376	-

c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o exercício de 2010, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (15%) em ações da companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (2011, 2012 e 2013). Portanto, o prêmio de não conversão de 60% das debêntures (% máximo de conversão) foi estornado, restando provisionado somente o prêmio de não conversão das debêntures não convertidas em ações (40%).

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem

Notas Explicativas

características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos.

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,75% para o ano de 2011 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 31 de março de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	209.991	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Receita financeira			R\$ 24.674	R\$ 18.505	R\$ 12.337

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de março de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de março de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	R\$188.111		R\$ 14.108	R\$ 16.930	R\$ 19.752
Taxa sujeita à variação		TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Debêntures	R\$184.561		R\$ 16.283	R\$ 18.435	R\$ 20.682
Taxa/índice sujeitos às variações		IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
		TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas

Notas Explicativas

("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

Notas Explicativas

d) Operações com derivativos

Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Totvs controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	390.380	415.413	393.326	418.246
Obrigações por aquisição de investimentos	85.141	64.456	85.548	65.053
(-) Caixa e equivalente de caixa	(155.597)	(177.275)	(209.991)	(232.508)
(-) Títulos e Valores mobiliários	(63.473)	(55.849)	(63.880)	(56.446)
Dívida Líquida	256.451	246.745	205.003	194.345
Patrimônio líquido	601.258	619.862	601.667	631.576
Patrimônio líquido e dívida líquida	857.709	866.607	806.670	825.921

Notas Explicativas

23. Plano de outorga de opção de ações

O plano de outorga de opções de ações da Companhia não apresentou alterações em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Outorga	Precificação de Opções (*)	Premissas valor justo			
		Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo Maturidade
		Dividendos	Volatilidade		
1ª	3,17	2,40%	37,94%	11,75%	4 anos
2ª	2,24	3,30%	38,54%	11,25%	4 anos
3ª	7,96	1,97%	37,37%	10,75%	4 anos
4ª	13,29 e 14,85	2,00%	37,37%	10,75%	4 anos

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

A movimentação das opções no período é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado (*)			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Quantidade	Preço Médio (R\$)	Quantidade	Preço Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	5.190.780	8,35	1.922.470	2,748
Movimentações:				
Exercida	6.860	9,23	-	-
Concedidas	-	-	3.530.785	11,172
Canceladas	-	-	-262.475	5,16
Saldo de opções de compras no fim do exercício	5.183.920	8,35	5.190.780	8,35

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

O efeito acumulado no período findo em 31 de março de 2011 é de R\$ 2.436 (R\$ 892 em 31 de março de 2010), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

Em 31 de março de 2011 existiam 993.405 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses da data da 1ª outorga.

Notas Explicativas

24. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas de aplicações financeiras	5.613	3.130	6.450	3.715
Variação monetária ativa	(92)	200	(31)	236
Outras receitas financeiras	3.025	1.307	3.599	1.620
	<u>8.546</u>	<u>4.637</u>	<u>10.018</u>	<u>5.571</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou incorridos	(7.491)	(6.433)	(7.552)	(6.495)
Variação monetária passiva	-	(192)	(78)	(728)
Comissões e Despesas bancárias	(1.935)	(1.295)	(2.053)	(1.380)
Prêmio de não conversão	(6.499)	(3.688)	(6.499)	(3.688)
Outras despesas financeiras	(1.669)	(2.216)	(1.988)	(2.299)
	<u>(17.594)</u>	<u>(13.824)</u>	<u>(18.170)</u>	<u>(14.590)</u>
Financeiras líquidas	<u>(9.048)</u>	<u>(9.187)</u>	<u>(8.152)</u>	<u>(9.019)</u>

25. Plano de Previdência Privada – Contribuição definida

A Companhia mantém planos de previdência privada administradas pelo Itaú Vida e Previdência e HSBC, conforme abaixo:

a) Itaú Vida e Previdência a Companhia

Oferece o “Programa de Previdência Complementar TOTVS”, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de estatutários a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

Notas Explicativas

b) HSBC

Para os participantes que optaram por este plano de Previdência, a empresa assume a taxa administrativa do plano, que é de 0,95%. Sendo as contribuições mensais suportadas exclusivamente pelos participantes.

As parcerias firmadas são segregadas e a opção do participante por um dos planos depende do contrato firmado entre a instituição e a sua unidade.

A natureza dos planos permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por sua única e exclusiva decisão.

26. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	32.990	28.579	33.323	27.851
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	156.330	155.762	156.330	155.762
Resultado básico por ação	R\$ 0,21	R\$ 0,18	R\$ 0,21	R\$ 0,18

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	32.990	28.579	33.323	27.851
Denominador				
(em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	156.328	155.762	156.328	155.762
Efeito da diluição				
• Opções de Ações	3.487	3.189	3.487	3.189
• Debêntures	4.817	5.380	4.817	5.380
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	164.632	164.331	164.632	164.331
Resultado diluído por ação	R\$ 0,20	R\$ 0,17	R\$ 0,20	R\$ 0,17

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Informações contábeis intermediárias

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia projetou que no período de 2009 a 2011 a margem EBITDA estaria entre 22% e 25%. No 1T11, a Companhia obteve margem EBITDA de 23,4%, isto é, dentro do intervalo previsto, mesmo tal intervalo se referindo a bases anuais.

Com relação às despesas com pesquisa e desenvolvimento, a Companhia projetou que esta linha de despesa se manteria em aproximadamente 11% da receita líquida. No 1T11, as despesas com pesquisa e desenvolvimento representaram 14% da receita líquida. Esse volume adicional de gastos está ligado principalmente à integração entre soluções verticais e horizontais, à equalização das plataformas tecnológicas e ao projeto para a interatividade do Sistema Brasileiro de TV Digital (TQTVD), além dos efeitos decorrentes das realocações de estruturas promovidas pelo processo de integração das FDES, conforme descrito no tópico “Pesquisa e Desenvolvimento” da seção Comentário do Desempenho.

Tendo em vista que o processo de integração das FDES está em curso, a Companhia pode vir a divulgar novas projeções para as despesas com pesquisa e desenvolvimento dentro dos 2 próximos trimestres.

Vale ressaltar que essas projeções não constituem promessa de desempenho futuro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Governativa, apresentamos a seguir demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% do capital votante, de forma direta ou indireta, até o n nível de pessoa física, em 31 de março de 2011.

Composição Acionária - Totvs S/A		31 março, 2010		31 março, 2011	
Acionista		Ordinárias		Ordinárias	
		Qtde Ações	%	Qtde Ações	%
LC EH Participações e Empreendimentos S/A		5.352.198	17,18%	26.760.990	17,01%
BNDES Participações S/A		1.900.309	6,10%	8.287.639	5,27%
Dynamo Administração de Recursos Ltda. (****)		1.608.458	5,16%	2.613.520	1,66%
Genesis Asset Managers, LLP (*)		1.576.704	5,06%	7.738.520	4,92%
Miguel Abuhab		1.189.279	3,82%	5.946.395	3,78%
Laércio José de Lucena Cosentino		691.036	2,22%	1.580.180	1,00%
Ernesto Mário Haberkorn		587.362	1,89%	16.810	0,01%
Yafo Fundo de Investimento em Ações (**)		527.000	1,69%	1.935.000	1,23%
HG Senta Pua Fia (***)		8.700	0,03%	43.500	0,03%
Outros		17.711.356	56,85%	102.380.666	65,08%
Total		31.152.402	100,00%	157.303.220	100,00%

(*) Investidor Estrangeiro

(**) Miguel Abuhab detém a totalidade das cotas do Yafo Fundo de Investimento em Ações

(***) Ernesto Mário Haberkorn e Laércio José de Lucena Cosentino detêm participação no fundo HG Senta Pua Fia

(****) Soma participação da Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda.

Estrutura - LC EH Participações e Empreendimentos S/A

Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtde Ações	%	Qtde Ações	%	Qtde Ações	%
Laércio José de Lucena Cosentino	342.044	75,38%	0	0,00%	342.044	62,63%
Ernesto Mário Haberkorn	111.720	24,62%	92.351	100,00%	204.071	37,37%
Total	453.764	100,00%	92.351	100,00%	546.115	100,00%

Estrutura - Yafo Fundo de Investimento em Ações

Acionista	Cotas	
	Qtde Cotas	%
Miguel Abuhab	225.571	100,00%
Total	225.571	100,00%

Estrutura - HG Senta Pua Fia

Acionista	Cotas	
	Qtde Cotas	%
Laércio José de Lucena Cosentino	2.311.444	52,78%
Ernesto Mário Haberkorn	2.063.289	47,12%
Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino	4.355	0,10%
Total	4.379.088	100,00%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
Totvs S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Totvs S.A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos**Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de abril de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Marques Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC 1SP147693/O-5 Contador CRC 1SP190451/O-5